

51 PARANAGUÁ, JOSÉ LOURIVAL MAAGRI, do TRACTEBEL ENERGIA, ADILSON LUIZ
52 DE PAULA SOUZA, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, OSCAR
53 BICCA MESPAQUE, do Comitê da Bacia do rio Jordão e dos convidados, OLGA
54 POLATTI, NILSON PIACENTINI, NANUBIA PEREIRA BARRETO, IRAM DE REZENDE,
55 GERALDO ALVES, JOÃO LECH SAMEK, ENEAS MACHADO, CARLA
56 MITTELSTAEDT e NORBERTO RAMON, do Instituto das Águas do Paraná -
57 AGUASPARANÁ, FERNANDO MASSARDO e FABIO LEAL OLIVEIRA, da SANEPAR,
58 ELOIR MARTINS do Comitê da Bacia Litorânea, ADRIANO WILD, do Mater Natura,
59 JOSÉ LUIZ SCROCCARO e ELIANA FACHIM da Secretaria de Estado do Meio
60 Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, FREDERICO SALVADORI do CAB Águas de
61 Paranaguá, LUIZA PRITSCH DEC, da UFPR, CLOVIS TOSIN DA SILVA, da
62 TRACTEBEL ENERGIA e RAFAEL SAADNICK, da ALEP. O Presidente do CERH/PR,
63 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, após verificação do quorum, contando com a presença
64 de 28 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares, deu início à
65 reunião, dando as boas vindas a todos. Na sequência, a Secretária Executiva
66 MARIANNA SOPHIE ROORDA, fez a leitura da pauta, que foi aprovada por
67 unanimidade. O Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, antes de
68 abordar os itens de pauta, deu posse e boas vindas a novos Conselheiros, a saber:
69 SÉRGIO MUDROVITSCH DE BITTENCOURT, como Conselheiro titular pela EMATER,
70 em substituição a UDO BUBLITZ; ADAIR RECH, como Conselheiro suplente pela
71 EMATER, em substituição a LUIZ MARCOS FEITOSA DOS SANTOS; TANIA LUCIA
72 GRAF DE MIRANDA, como Conselheira titular pela ABRH, em substituição a MARTHA
73 REGINA VON BORSTEL SUGAI. Na sequência, passou ao **item 1 de pauta -**
74 **aprovação da ata da 26ª Reunião Ordinária**, que, em não havendo correções
75 solicitadas, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente do CERH/PR,
76 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, passou ao **item 2 de pauta - apresentação da**
77 **avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual em 2015**
78 **do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas -**
79 **PROGESTÃO**, e solicitou que a Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA,
80 fizesse os esclarecimentos necessários. A mesma, relembrando apresentações feitas
81 em reuniões anteriores, comentou que o PROGESTÃO é um Programa da Agência
82 Nacional de Águas - ANA, de incentivo financeiro, de pagamentos por resultados, para
83 fortalecer a gestão das águas nos Estados, chamado de PACTO NACIONAL PELA
84 GESTÃO DAS ÁGUAS. Explicou que trata-se de um repasse de R\$ 750 mil/ano caso
85 as metas sejam atingidas, ou valor proporcional ao número de metas atingidas.
86 Comentou os passos que foram executados para que fosse assinado contrato entre o
87 Governo do Estado e a Agência Nacional de Águas, bem como as obrigações do
88 Conselho perante o PROGESTÃO (**vide anexo 1**). Apresentou o Formulário de
89 Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual do período de
90 avaliação de 2015 (**vide anexo 2**), que foi preenchido pelo AGUASPARANÁ, SEMA e
91 ANA, para aprovação pela Plenária do Conselho e disse que foi encaminhada Nota
92 Técnica aos Conselheiros referente a essa Avaliação (**vide anexo 3**). A seguir, o
93 Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, colocou o Formulário em
94 discussão. Tendo em vista que o item 3.6 do Formulário, referente a Pesquisa,
95 Desenvolvimento e Inovação, teve como auto avaliação de que "No momento não
96 existem ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de
97 gerenciamento de recursos hídricos voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento
98 tecnológico", houve discussão por parte dos Conselheiros da necessidade de
99 investimento do AGUASPARANÁ neste item. Técnicos do AGUASPARANÁ
100 comentaram que para o ano de 2016 estão previstas várias ações sobre este tema, e

101 que constam do item 5 de pauta que trata do Plano de Aplicação dos recursos advindos
102 de compensações financeiras que integram o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. A
103 seguir, passou-se ao **item 3 de pauta - discussão e deliberação sobre minuta de**
104 **Resolução que aprova a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do**
105 **Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2015 do Programa**
106 **de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO.** A
107 Secretária Executiva do CERH/PR fez a leitura da referida minuta de Resolução (**vide**
108 **anexo 4**), que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente do CERH/PR,
109 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, passou ao **item 4 de pauta - apresentação sobre a**
110 **importância do cadastramento e gestão de áreas contaminadas, com foco em**
111 **hidrocarbonetos**, e convidou a Conselheira KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da
112 MINEROPAR, para fazer a apresentação. A mesma comentou que atua na questão da
113 avaliação da consistência técnica de relatórios de pesquisa de passivos ambientais em
114 áreas de postos de combustíveis, áreas de armazenamento de combustíveis e líquidos
115 em geral, que é uma atividade necessária para que se obtenha licença junto ao Instituto
116 Ambiental do Paraná - IAP, e que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos era o
117 fórum ideal para a discussão desse problema. Disse que no Brasil, até a década de 70,
118 a prática recomendava o enterramento de resíduos e infiltração de efluentes em solo,
119 com base no potencial de autodepuração, mas que hoje sabemos que esses
120 contaminantes destroem as funções fundamentais do solo, e que também
121 comprometem a integridade da água subterrâneas (**vide anexo 5**). Apresentou os
122 diplomas formais regulatórios que tratam de assuntos relativos ao armazenamento de
123 combustíveis líquidos e também de diretrizes para o gerenciamento de áreas
124 contaminadas. Apresentou os tipos de empreendimentos que são contemplados na
125 avaliação feita pela MINEROPAR, a saber: posto de abastecimento; bases de
126 combustíveis; postos flutuantes; transportador revendedor retalhista; e posto
127 revendedor de combustível. Comentou a composição da gasolina brasileira, e discorreu
128 sobre a classificação de líquidos contaminantes. Apresentou vários cenários de
129 situações de contaminação, e comentou que contatos dérmicos com estes
130 contaminantes, bem como ingestão da água subterrânea em diversas situações, são
131 letais à saúde humana se tiverem essas substâncias na água, cenário bastante
132 frequente nos postos de gasolina que explotam a água subterrânea. Apresentou um
133 perfil esquemático solo/aquíferos e comentou que especial atenção deve ser dada à
134 zona não saturada do solo, que representa a primeira e mais importante defesa das
135 reservas de águas subterrâneas, e que alterações nocivas geradas pela presença de
136 contaminantes em água subterrânea, seja em aquíferos freático ou profundo, vêm
137 assumindo dimensões importantes sob o aspecto sanitário. Disse que muitas vezes a
138 água captada de poços tubulares apresenta substâncias químicas em concentrações
139 superiores aos permitidos na legislação, e que pode ser causador de leucemia aos que
140 ingerem esta água. Disse da sua preocupação por não se dispor de tecnologias para
141 remediação de aquíferos profundos contaminados por hidrocarbonetos. Por fim,
142 comentou que o estado de São Paulo dispõe de Lei Estadual, em fase de
143 regulamentação, que trata da proteção da qualidade do solo contra alterações
144 causadas por contaminação, definindo responsabilidades, obrigação de averbação de
145 área contaminada em cartório, cadastramento de áreas contaminadas e remediação
146 dessas áreas de forma a tornar seguros seus usos atual e futuro. Concluiu dizendo que
147 são questões que devem ser enfrentadas pela sociedade para garantir o uso futuro da
148 água e do solo, e propôs uma discussão com as instituições que possam contribuir e
149 fazer o que é possível nesta área. O Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ
150 SOAVINSKI, agradeceu a Conselheira e disse que o assunto era de extrema

151 importância e que foi colocado com toda a profundidade. Propôs que o assunto fosse
152 remetido à Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos
153 Hídricos - CTINS, para o devido aprofundamento, e abriu a palavra aos Conselheiros. A
154 Conselheira IVONETE CHAVES, do IAP, comentou que existe uma grande
155 preocupação com relação a solo e águas subterrâneas no processo de licenciamento
156 ambiental, e também, que não existem padrões e parâmetros de lançamento de
157 efluentes em solo. Quanto ao trabalho específico com os postos de gasolina e
158 distribuidoras, comentou que o IAP faz um trabalho em conjunto com a MINEROPAR,
159 visto que, para os empreendimentos que são licenciados, os mesmos são obrigados a
160 apresentar um relatório de investigação de passivo da área, que é analisado pela
161 MINEROPAR, sendo que no caso de áreas contaminadas, estas devem ser informadas
162 aos Cartórios e à Corregedoria do Estado, para que se faça averbação disso no
163 Registro de Imóveis, aos moldes do que é feito no Estado de São Paulo. Disse da
164 importância de se definir critérios de procedimento de avaliação e licenciamento de
165 atividades que possam contaminar o solo e água subterrânea, e sugeriu que fosse
166 matéria a ser encaminhada tanto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, quanto ao
167 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Por fim, disse da importância de se ter um
168 mapeamento das áreas contaminadas do Estado. O Conselheiro JOSE CARLOS
169 ALIAGA, da SEPL, sugeriu que para esse processo que se tenta viabilizar para um
170 montante de 3 mil poços de gasolina e 6 mil poços profundos, se monte uma
171 metodologia que permita ter uma visão do todo, e que se faça o monitoramento da água
172 subterrânea e se constitua um grupo de trabalho interdisciplinar e interinstitucional para
173 abraçar este trabalho com maior intensidade. O Conselheiro EVANDRO PINHEIRO, da
174 SEET, questionou se havia monitoramento da qualidade das águas termais, ou alguma
175 estratégia específica para o setor de turismo, que tem sido um grande alavancador da
176 economia do Estado. O Conselheiro CELSO LUIZ RUBIO, da SESA, comentou a
177 evolução do número de casos de mortalidade provocados por neoplasias e tumores,
178 conforme registros no Sistema Único de Saúde, mas que é difícil se fazer uma
179 associação da causa que tenha provocado a leucemia ou o câncer, como, por exemplo,
180 a qualidade da água ou do solo. Comentou ainda, da importância da outorga,
181 principalmente no caso de água para consumo humano, para se chegar o mais próximo
182 possível das exigências e dos parâmetros da Resolução ??? . e sugeriu a criação de
183 uma comissão para tratar deste assunto. O Conselheiro RICARDO JOSÉ CARNEIRO,
184 da SEFA, perguntou se essa apresentação feita pela Conselheira Kátia poderia ser
185 disponibilizada a todos, com vistas a divulgar esse assunto junto à academia e outros
186 segmentos da sociedade. O Conselheiro SANDRO SETIM, da COMEC, falou da
187 importância de se discutir na Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de
188 Recursos Hídricos - CTINS as atividades que já estão sendo desenvolvidas nas
189 diversas instituições e que essa Câmara Técnica - CT pudesse apontar mudanças que
190 precisam ser feitas na legislação do Estado para podermos mitigar ou cessar esse risco
191 de contaminação. Disse que uma fiscalização e regularização de todos esses
192 empreendimentos poderia cessar essa contribuição de contaminantes, e propôs a
193 participação das entidades acadêmicas nesta CT. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA
194 COSTA SOUZA, do AGUASPARANÁ, disse que, com relação ao acompanhamento da
195 qualidade das águas subterrâneas, existem atribuições que são do IAP, do
196 AGUASPARANÁ ou da área da saúde. Como Coordenador da CTINS, disse que esta
197 CT pode ter a incorporação de outros técnicos ou convidados, inclusive do próprio
198 Conselho. Disse da importância do IAP e a MINEROPAR, que não fazem parte dessa
199 CT, participarem dessa discussão, para que possamos tomar medidas conjuntas entre
200 essas principais instituições que têm atribuições e têm prerrogativas nessa questão de

201 áreas contaminadas, para que possamos inclusive potencializar ações de mitigação. O
202 Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, disse que a matéria seria
203 encaminhada à CTINS, e que o convite seria encaminhado a todos os Conselheiros.
204 Também, que estaria informando o Conselho Estadual do Meio Ambiente sobre essa
205 discussão relativa às áreas contaminadas. A seguir, passou ao **item 5 de pauta -**
206 **discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova o plano de**
207 **aplicação dos recursos advindos de compensações financeiras que integram o**
208 **Fundo Estadual de Recursos Hídricos referentes ao ano de 2016**, e solicitou que a
209 Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fizesse a apresentação da
210 planilha de itens a serem contemplados e um rápido comentário sobre cada um dos
211 itens. A mesma disse que a Plano de Aplicação (**vide anexo 6**) foi discutido no âmbito
212 da CTINS, e a seguir, no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de
213 Conformidade de Matérias Legais - CTIL, e que também foi elaborada uma Nota
214 Técnica (**vide anexo 7**), que foi encaminhada aos Conselheiros junto com o convite
215 para essa reunião. Apresentou uma Planilha com os itens e valores a serem aplicados,
216 a saber: custeio - R\$ 750.000,00; Plano da Bacia Litorânea - R\$ 1.250.000,00;
217 monitoramento dos recursos hídricos superficiais e aquíferos subterrâneos - R\$
218 500.000,00; consistência do banco de dados de outorga e revisão do manual de
219 outorga - R\$ 700.000,00; apoio à implementação do PSA em mananciais - R\$
220 430.000,00; apoio à estruturação de revitalização do Rio Iguaçu - R\$ 300.000,00;
221 estudo, pesquisa e desenvolvimento - R\$ 500.000,00; publicações - R\$ 500.000,00;
222 equipamentos de informática, cabeamento, licenças software e desenvolvimento de
223 sistemas - R\$ 400.000,00; comunicação - R\$ 200.000,00; reformas prédios do
224 AGUASPARANÁ - R\$ 900.000,00; ações emergenciais de controle de erosão e
225 contenção de cheias - R\$ 1.070.000,00; programa de recolhimento e destino dos
226 produtos BHC e obsoletos - R\$ 2.000.000,00 (item este não discutido nas referidas
227 Câmaras Técnicas, e que está sendo proposto para solucionar um passivo de
228 recolhimento e destino de produtos de BHC dos anos de 1998 até hoje, com a
229 identificação de 640 novos locais, e que representam 400 toneladas de BHC),
230 totalizando um valor de R\$ 9.500.000,00. Comentou que em anos anteriores a
231 expectativa de arrecadação da compensação financeira ao Fundo era avaliado em R\$
232 7,5 milhões de reais, mas que no último ano, devido ao aumento da tarifa, bem como da
233 produção de energia, o valor foi de R\$ 10,9 milhões de reais. Portanto, em havendo
234 mais recursos disponíveis, nova proposta de aplicação estaria sendo trazida ao
235 Conselho, conforme consta na minuta de Resolução a ser deliberada pela Plenária. O
236 Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI comentou que cada item foi
237 devidamente apresentado e explanado, e quanto ao item "programa de recolhimento e
238 destino dos produtos BHC e obsoletos", não discutido no âmbito das Câmaras
239 Técnicas, tinha o seu total apoio, tendo em vista a importância desta atividade. O
240 Conselheiro ADILSON LUIZ DE PAULA SOUZA, da FIEP, falou da importância de se
241 ter um planejamento estratégico para a implementação do Plano Estadual de Recursos
242 Hídricos. Disse também da importância de se ter dados com relação ao que foi feito no
243 ano anterior, o que realmente foi gasto, e quais as dificuldades identificadas. O
244 Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, concordou com essas
245 colocações, e disse que não estava sendo feito a prestação de contas de 2015 nesta
246 reunião, visto que esta prestação ainda está em andamento, e deve ser encaminhado
247 ao Tribunal de Contas até o final de março, mas que na próxima reunião seria feita essa
248 prestação de contas e também um acompanhamento da execução das ações. O
249 Conselheiro JOSÉ LOURIVAL MAGRI, do TRACTEBEL ENERGIA, comentou que foi
250 lançado o Plano Nacional para controle de poluentes orgânicos persistentes, no qual o

251 BHC se enquadraria, e que no Ministério do Meio Ambiente - MMA existem recursos
252 para a erradicação ou diminuição destes poluentes, e propôs que se fizesse uma
253 consulta ao MMA. A Conselheira MARLIZA TERESA EGGERS JORGE, da Prefeitura
254 Municipal de Curitiba, mencionou que o Município está cadastrando as mecânicas que
255 jogam óleo na drenagem, bem como poços de cemitérios, que são altamente
256 contaminantes, e que o Município está fazendo grandes ações e grandes atitudes em
257 relação ao monitoramento da qualidade da água superficial, com ótimos resultados,
258 sendo que este projeto ganhou reconhecimento mundial dos melhores projetos ano
259 passado em Barcelona, e que, entre 10 mil projetos apresentados do mundo inteiro,
260 Curitiba ficou entre as seis melhores, mesmo com os poucos recursos disponíveis.
261 Desta forma, perguntou se poderiam ser disponibilizados recursos do Fundo Estadual
262 de Recursos Hídricos para este projeto. O Sr. ENEAS SOUZA MACHADO, do
263 AGUASPARANÁ, comentou que na próxima reunião do Comitê das Bacias do Alto
264 Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, seria lançado o edital para uso dos
265 recursos financeiros arrecadados até dezembro de 2015 com a cobrança pelo uso dos
266 recursos hídricos, da ordem de 5 milhões de reais, e que o Município de Curitiba, assim
267 como demais instituições, poderão se habilitar a esses recursos apresentando projetos.
268 A Conselheira INGRID ILLICH MÜLLER, do COALIAR, também disse que gostaria de
269 uma prestação de contas referente aos gastos do Fundo em 2015, visto que, agora por
270 lei, a verba que não é aplicada é transferida para o Tesouro do Estado. Como
271 Presidente do único Comitê que implementou a cobrança, recurso esse que deve ser
272 aplicado na melhoria dos recursos hídricos, disse da sua preocupação da também
273 destinação desse recurso ao Tesouro do Estado, ao invés da sua finalidade definida em
274 lei. Também questionou da viabilidade de se executar as ações previstas na planilha
275 apresentada. O Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, disse que a
276 Diretoria do AGUASPARANÁ afirmou que a maioria daquelas ações propostas já
277 estavam bem encaminhadas. Quanto à disponibilidade dos recursos na conta do
278 Fundo, disse que com a lei e os instrumentos que a SEFA implementou, não existem os
279 recursos na conta do Fundo, mas sim um crédito para esse Fundo, que é solicitado de
280 acordo com a programação feita, e disponibilizado para essa finalidade. Quanto aos
281 recursos da cobrança, disse que em conversa com a SEFA entende que esses recursos
282 ficam garantidos e que temos que tomar providências para executá-lo. Disse que iria
283 defender até o fim para que esse recurso esteja disponível. Para os recursos da
284 compensação financeira aportados ao Fundo, disse que também iria solicitar ao
285 governo uma excepcionalidade para que não haja o seu recolhimento ao final do ano,
286 visto ser um recurso importante para o Sistema de Gerenciamento de Recursos
287 Hídricos, mas não significativo para o Estado, e que iria levar esse assunto ao
288 Governador e pedir o seu apoio. A seguir, passou ao **item 5 de pauta - discussão e**
289 **deliberação sobre minuta de Resolução que aprova o plano de aplicação dos**
290 **recursos advindos de compensações financeiras que integram o Fundo Estadual**
291 **de Recursos Hídricos referentes ao ano de 2016**, e solicitou que a Secretária
292 Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fizesse a leitura da referida minuta (**vide**
293 **anexo 8**), que foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. Na sequência, o
294 Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, passou ao **item 6 de pauta -**
295 **assuntos gerais e encerramento**, e fez informes sobre o andamento do Programa de
296 Pagamento por Serviços Ambientais - PSA no nosso Estado e falou da sua participação
297 na última reunião do Comitê de Integração do Rio Paranapanema e destacou a
298 importância da participação dos Municípios nas instâncias do Sistema de
299 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Comentou também da programação que estava
300 sendo articulada para o dia mundial da água, no dia 22 de março, em especial quanto

301 ao programa do PSA a ser realizado em Piraquara, com o lançamento do edital de
302 chamamento dos proprietários para se cadastrarem e começarem a receber os
303 respectivos pagamentos. A Conselheira BETINA ORTIZ BRUEL, do SPVS, disse que a
304 instituição está diretamente envolvida com esse evento em Piraquara por meio do
305 Programa Condomínio da Biodiversidade, e que trouxe um Boletim comemorativo para
306 distribuição aos Conselheiros. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do
307 AGUASPARANÁ, disse que gostaria de prestar uma homenagem aos ex-Conselheiros
308 Udo Bublitz e Luiz Marcos Feitosa dos Santos, ambos da EMATER, que se
309 aposentaram no dia anterior, pelo importante papel que exerceram na gestão das
310 águas, particularmente na área da agricultura, e solicitou registro em ata desta
311 homenagem. A seguir, em não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente
312 do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, deu por encerrada a 27ª Reunião
313 Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE
314 ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 20
315 dias de maio de 2016.

316 De acordo.

317 Curitiba, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

318

319

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

320

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

321

Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos